

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.789 - RJ (2019/0299506-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : PAULO VITOR CONFORTI BRUM
ADVOGADO : PAULO VITOR CONFORTI BRUM - RJ120020
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DIEGO NUNES RAYOL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DIEGO NUNES RAYOL no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Desembargador Fernando Antonio de Almeida, relator do *Habeas Corpus* n. 0052925-07.2019.8.19.0000).

Depreende-se dos autos que o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Gonçalo (RJ), nos autos da Ação Penal n. 0033417-97.2018.8.19.0004, no dia 27/9/2018, decretou a prisão preventiva do paciente, pois este faria parte de uma associação criminosa armada voltada para a prática de crimes contra o patrimônio, como roubo e extorsão, entre outros crimes (e-STJ fls. 22/23).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na Corte de origem, sendo a ordem denegada, em acórdão a seguir ementado (e-STJ fls. 84/85):

HABEAS CORPUS – CRIME PREVISTO NOS ARTIGOS 288, PARÁGRAFO ÚNICO; ARTIGO.157, §2º, I E II E ART.158, TODOS DO CÓDIGO PENAL – PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR POR AUSÊNCIA DOS SEUS PRESSUPOSTOS, DEVENDO A MESMA SER SUBSTITUÍDA PELAS MEDIDAS CAUTELARES DO ARTIGO 319 DO CPP – IMPOSSIBILIDADE – DECRETO PRISIONAL BEM FUNDAMENTADO, EM CONSONÂNCIA COM O ARTIGO 93, INCISO IX DA CRFB/88 E PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – OS INDÍCIOS DE AUTORIA EMERGEM DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO APURADOS PELA AUTORIDADE POLICIAL, SENDO CERTO QUE O PACIENTE FOI PRESO EM FLAGRANTE CONDUZINDO O CARRO DA VÍTIMA, QUE O RECONHECEU, AINDA QUE POR FOTOGRAFIA, COMO SENDO UM DOS AUTORES DOS DELITOS – DEMAIS ARGUMENTOS VENTILADOS NA INICIAL, QUANTO AO RECONHECIMENTO DO PACIENTE E DEMAIS RÉUS, SE REFEREM À MATÉRIA DE MÉRITO, QUE REFOGEM AO ÂMBITO DO HABEAS CORPUS, DEVENDO TAIS QUESTÕES

Superior Tribunal de Justiça

SEREM ANALISADAS PELA APONTADA AUTORIDADE COATORA NO MOMENTO OPORTUNO – SENDO ASSIM, PRESENTES NÃO SÓ OS PRESSUPOSTOS DO AR T. 312 DO CPP, COMO TAMBÉM APLICÁVEIS AO CASO CONCRETO OS ARTIGOS. 282, INCISOS I E II, E 313, INCISO I DO MESMO DIPLOMA, REVELA-SE ADEQUADA A MEDIDA CAUTELAR DE PRISÃO EM COMENTO – SEGREGAÇÃO CAUTELAR QUE SE MANTÊM – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Daí o presente *habeas corpus*, no qual a defesa alega o flagrante constrangimento ilegal a que está sendo submetido o paciente em razão da custódia cautelar que lhe foi imposta.

Afirma que, conquanto tenha havido o reconhecimento fotográfico pelas vítimas na fase policial, "*em juízo as vítimas não reconheceram o Paciente como uma as pessoas que participaram da empreitada criminoso narrada na denúncia, o único indício de autoria delitiva sumiu e a prisão preventiva, por questão técnica, não pode ser mantida por carência dos pressupostos para sua manutenção*" (e-STJ fl. 13).

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a revogação da prisão preventiva, diante do desaparecimento do suporte fático legitimador da medida cautelar extrema, ou a imposição de medidas cautelares alternativas à prisão.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, máxime em razão de o paciente ostentar "*outras anotações em sua FAC, de modo que a manutenção da prisão se torna recomendável para a garantia da ordem pública*" (e-STJ fl. 101).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do

Superior Tribunal de Justiça

julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator